

“Uma epidemia como as outras”: análises de discursos sobre o suicídio na imprensa maranhense (1858-1880)

Victor Ferreira*

1

Resumo

Esse estudo objetiva analisar os discursos sobre o ato do suicídio nos jornais *Diário do Maranhão* e o *Publicador Maranhense*, veiculados no século XIX e que formaram uma expressiva representação do pensamento da elite letrada na província do Maranhão. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental na base de dados da Biblioteca Nacional – *Hemeroteca* e o recorte temporal foi estabelecido entre 1858 e 1880, período de expansão da imprensa maranhense, formação de uma opinião pública e de constantes publicações acerca do suicídio. Portanto, utilizamos como fonte as notícias e os artigos sobre o suicídio publicados nesses jornais. Os resultados da pesquisa demonstram que o ato se tornou uma preocupação constante, principalmente devido uma “expansão” do suicídio na sociedade moderna. Além disso, ele foi avistado por diferentes concepções, como filosófica, religiosa e medicinal; enquanto o saber médico compreendia que o suicídio era decorrente de complicações da saúde mental, os pensadores moralistas acreditavam que a causa tinha relação com a falta de religiosidade cristã da população e a carência de educação moral, mas ambos defendiam que a modernidade poderia ser um fator chave no desencadeamento de novos suicídios.

Palavras-chaves: Imprensa; Suicídio; Maranhão Oitocentista.

Abstract

This study aims to analyze the discourses on the act of suicide in the newspapers *Diário do Maranhão* and *Publicador Maranhense*, published in the nineteenth century and which formed an expressive representation of the thought of the literate elite in the province of Maranhão. To this end, a documentary research was carried out in the database of the National Library – *Hemeroteca*, the time frame was established between 1858 and 1880, a period of expansion of the Maranhão press, formation of a public opinion and constant publications about suicide. Therefore, we use as sources the news and articles about suicide published in these newspapers. The results of the research demonstrate that the act has become a constant concern, mainly due to an "expansion" of suicide in modern society. In addition, he was sighted by different conceptions, such as philosophical, religious, and medicinal; While medical knowledge understood that suicide was due to mental health complications, moralistic thinkers believed that the cause was related to the population's lack of Christian religiosity and lack of moral education, but both argued that modernity could be a key factor in triggering new suicides.

Keywords: Press; Suicide; 19th century Maranhão.

* Doutorando em História na Universidade Federal do Maranhão.

Introdução

O objetivo principal desse estudo é analisar os discursos sobre o suicídio na imprensa maranhense, especificamente nos jornais *Publicador Maranhense* e *Diário do Maranhão* entre 1858 e 1888. O interesse por este tema surgiu durante consultas nos periódicos maranhenses, onde verificamos que havia um número considerável de notícias sobre suicídios ocorridos no Maranhão e fora dele. Essas constatações iniciais incitaram indagações sobre os motivos desse “interesse” em narrar e analisar o suicídio nessa localidade.

Por meio da leitura bibliográfica, notamos que esse não era um problema específico do Maranhão, tendo em vista que no século XIX o suicídio foi um dos temas de grande relevância entre as autoridades médicas, jornalísticas e religiosas no Brasil inteiro¹. Em alguns documentos, como os jornais, julgava-se que naquele século o maior mal que assolava a vida dos sujeitos era o desejo pela morte e a fuga deste plano. Entre essas notícias, a publicação de 1861 do jornal *Publicador Maranhense* expressou o ato do suicídio como uma “mania da época”, como se lê:

O suicídio é a mania da época. Não há opor-lhe barreiras. Emprega-se para cura de todos os males sociais. Os revezes da fortuna, os padecimentos físicos sem esperança de alívio, os amores mal correspondidos, falta de meios de pagamentos de dívidas, as perdas no jogo e muitos outros males da vida, tem feito, em milhares de exemplo, com que o homem, pela mais fatal aberração de espírito, busque na morte, preparada pelas suas próprias mãos, o termo dos seus males reais e imaginários².

Além da preocupação com o aumento vertiginoso dos casos de suicídios, essa notícia se detém sobre as possíveis motivações que conduzem ao ato: azar nos negócios, doenças crônicas, dívidas pecuniárias, derrotas nos jogos de azar e o amor. Temas centrais que foram debatidos quando se convencionava a apontar o suicídio enquanto um problema de ordem social nas páginas jornalísticas.

Diante desse problema “epidêmico”, os editoriais dos jornais apontavam que as mortes consideradas “naturais” e a prática da “boa morte”³ estavam sendo aos poucos relegadas a segundo

¹ O suicídio foi tema de grandes pensadores no século XIX e XX, que interpretaram o ato e apontaram as circunstâncias de formas distintas: Marx (2006) defendeu que o suicídio é a expressão de uma sociedade doente que oprime os indivíduos, necessitando uma extrema transformação política, econômica e social. Na concepção de Schopenhauer (2017), a crítica ao suicídio deve ter como fundamento a metafísica, ele considera o ato um erro, mas não um crime como considerava as rejeições tradicionais do suicídio, dentre elas o cristianismo. Já Durkheim (1992) entende que os indivíduos são produto de forças sociais, eles respondem com seus comportamentos dentro desse contexto de sociabilidade, e o suicídio tem como causa essas relações de forças. Para Freud (2019), o suicídio é agressividade contra si mesmo, sendo resultado da vitória do impulso de morte que habita nos seres humanos.

² MARANHÃO, *Publicador Maranhense*, ed. 08.01.1861, p. 2.

³ Foi uma conduta proeminente durante o século XIX, em que se disseminou a ideia da “Boa Morte”. Nela utilizava-se a pedagogia do medo, atrelado ao discurso salvacionista para que seus fiéis não perecessem no inferno. Por isso,

plano. Acreditava-se que as cordas usadas para os enforcamentos, o ato de se afogar, os envenenamentos e as armas de fogo tinham se tornado o caminho mais percorrido pelo homem que tinha o desejo de encurtar sua vida. Assim sendo, o suicídio passou a ser considerado uma epidemia, sendo defendido em alguns casos, como no *Publicador Maranhense* e o *Diário do Maranhão*, que a sociedade “moderna” estava passando por um período delicado, que desembocava na opção e no desejo constante da morte.

Tal evidência conduziu a escrita desse estudo, que objetiva analisar esses discursos especificamente na imprensa maranhense. Buscamos verificar as formas de noticiar o suicídio, suas abordagens, sejam elas condenatórias ou não, e os discursos atribuídos a um ato considerado antinatural e contrário a vida.

Para esta pesquisa documental, foram selecionados dois jornais de grande circulação e com periodicidade regular na província maranhense durante a segunda metade do século XIX, o *Publicador Maranhense* e o *Diário do Maranhão*. Esses jornais foram coletados no portal da *Hemeroteca*, disponível no site da Biblioteca Nacional, utilizando os descritores na guia de pesquisa: “suicídio”, “alienado”, “enforcado” e “suicidado”. O recorte temporal corresponde ao período de 1858 a 1888, período de intensa circulação e publicação sobre o suicídio. A coleta das fontes ocorreu durante os anos de 2020 a 2022.

Durante a seleção da documentação, optou-se por utilizar neste artigo, aquelas que faziam menção sobre as preocupações quanto ao crescimento vertiginoso do suicídio, além daquelas que apontavam as possíveis causas e as soluções a serem utilizadas para o combate ao ato. É válido ressaltar que é ampla a quantidade de menções ao suicídio nesses jornais, por exemplo, no *Publicador Maranhense*, usando o descritor “suicídio” observamos que o substantivo foi mencionado 245 vezes, “alienado” 162, “enforcado” foram 121 vezes e “suicidado” foram 47. Já no *Diário do Maranhão*, para os mesmos descritores, respectivamente: 431 vezes “suicídio”, 101 vezes para “alienado”, 159 “enforcado” e “suicidado” 62 ocorrências.

Nesses jornais havia preocupação em narrar os casos de suicídios minuciosamente. Considerando que tanto o *Diário do Maranhão* como o *Publicador Maranhense* tinham 4 páginas por edição, as notícias poderiam vir já nas primeiras páginas e, em alguns casos, ocupavam folhas inteiras. Notaremos que o tratamento editorial dado ao suicídio na sociedade oitocentista é completamente diferente dos dias atuais; enquanto aquela sociedade descrevia minuciosamente o ato, atualmente busca-se um silenciamento a fim de evitar a propagação de novos casos.

todos aqueles que morriam deveriam receber as devidas observâncias, sacramentos e boas ações, consideradas fundamentais pela igreja para obter o reino dos céus (DELFINO, 2017).

Semler (1998, p. 21) ressaltava que pesquisar sobre o suicídio poderia ser problemático principalmente por conta do tabu criado sobre esse gênero de morte em algumas sociedades e grupos sociais: “a ‘realidade’ histórica do suicídio (...) constitui terreno bastante escorregadio para o historiador”. É tarefa do pesquisador do suicídio esquadrihar os espaços de documentos e recorrer a uma miríade de possibilidades documentais; os jornais são uma alternativa viável, pois eles constituíram “o principal veículo de familiarização do suicídio aos olhos do [grande] público”.

Essa assertiva converge com a apontada por Carvalho (2011) sobre pesquisar questões relacionadas ao suicídio nos jornais: (...) “recorrer às páginas desses velhos jornais se torna, para além de uma possibilidade, quase que um imperativo, diante dos problemas de ordem metodológica que se impõem”. É válido ressaltar que atualmente o suicídio tem se tornado tema recorrente em pesquisas científicas, principalmente na área da comunicação.

A hipótese que entrelaça esse estudo é a de que no século XIX o suicídio foi um tema discutido e debatido periodicamente, principalmente devido à presença massiva de uma medicalização da sociedade brasileira nos oitocentos. Para confirmar esta hipótese, utilizamos o conceito de *experiência* de Foucault (1994), que o utilizou para pensar formas de compreender os modos que uma sociedade em determinado contexto histórico, nesse caso o século XIX, constituiu suas verdades e as formas de viver e representá-las. A partir de tal conceito, é possível evidenciar como o suicídio foi construído por determinadas práticas discursivas e como foi experimentado pela sociedade maranhense.

A provocação de Foucault e a sua operacionalização historiográfica a partir da ideia de discursos, questionam as instituições de saber e poder, e o suicídio pode ser visualizado e analisado por essa ótica, já que se tornou, aos olhos medicinais e religiosos, um ato condenável, avesso à normalidade e trágico. A frente de tais discursos publicados encontravam-se médicos, religiosos e jornalistas que se apresentavam como preocupados com a sociedade e com os crescentes números de suicídios ocorridos no mundo todo. E os jornais passaram a ser o mecanismo de divulgação e expressão da preocupação disso que foi considerado como “mal do século”, “monomania” e “epidemia”.

Nessa perspectiva, de acordo com Carvalho (2012, p. 3), os discursos médicos “ganhavam corpo na sociedade e espaço nos jornais, para definir os limites da normalidade: a sua apropriação nos artigos e nas notícias servia como legitimador do próprio discurso perante os leitores”. Portanto, os jornais eram utilizados para confirmar e decretar as visões e os conceitos de quem escrevia neles. Por medicalização estamos nos referindo a:

(...) processos de transformação que atingiam as esferas da vida social, uma teia discursiva e um jogo de forças, através dos quais se buscavam uma hegemonia

discursiva, a qual garantiria a criação, por uma determinada área do saber, de balizas e limites dentro de um verdadeiro campo de correlação de forças (LOPES, 2003, p. 115).

Esse apontamento converge com a proposta de análise de discurso de Foucault ao afirmar que o discurso é prática social, sendo este o ato de transmitir e articular ideias. Para esse autor, em determinadas sociedades um grupo específico exerce a função de controle, criando limitação e validação das regras de poder. Isso pois, quem domina os discursos, também consegue dominar os poderes e os corpos. Os jornais e os editoriais podem ser visualizados como uma “sociedade do discurso”, já que eles são responsáveis por manter, organizar e circular esses discursos na sociedade (FOUCAULT, 1972). Portanto, esses discursos são vistos como práticas discursivas instituinte, são “criadora de acontecimentos, imagens e referenciais de comportamento” (LOPES, 2006, p. 15).

Notaremos que apesar da presença massiva dos médicos discursando nos jornais sobre o suicídio, outros discursos também apareceram, embora em menor número, como os discursos morais, filosóficos e religiosos. E esses utilizavam a imprensa como principal meio para decifrar, avaliar e analisar o suicídio, reminiscências que chegam até os nossos dias. Diante dessa problemática, esse estudo está estruturado da seguinte forma: no primeiro tópico discorreremos sobre a imprensa maranhense e os jornais enquanto objetos da história e, no segundo, destacaremos os discursos em torno do suicídio. É o que se lerá!

Os jornais como objeto da História: o *Publicador Maranhense* e o *Diário do Maranhão* em destaque

O emprego dos jornais na pesquisa histórica, tem relação com a mudança estrutural na ciência História iniciada no século XX pelo movimento dos *Annales*, que irradiou concepções dos usos de novas fontes e documentos históricos. Segundo De Luca (2014), até 1970 os jornais eram utilizados em ordem secundária, pois foram considerados problemáticos para se estudar e entender o passado, visto que acreditavam na inviabilidade da objetividade dos impressos e que esses se resumiam apenas a retratos imparciais e distorcidos da realidade histórica (DE LUCA, 2014, p. 112).

No entanto, Capelato e Prado (1980) asseveram que os impressos geram grandes desdobramentos e resultados no fazer historiográfico. A mídia impressa, de acordo com as autoras, possui subsídios importantes para observação das intervenções sociais além de evidenciarem determinados projetos de classes em vigor, assim: “nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundo representativos de vários setores da sociedade” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 34).

Nesse sentido, a imprensa pode auxiliar o historiador a desvendar o cotidiano, já que o familiariza com as ideias que marcaram determinado período e demonstra como os contemporâneos daquela sociedade observavam os fatos cotidianos (MACHADO, 2015). De acordo com Machado (2015, p. 453):

Os jornais integram-se a toda uma escala de valores culturais de sua época na medida em que tem como uma das finalidades a difusão e expressão dos acontecimentos, tornando-os públicos. (...) Quando o tema sensibiliza a opinião pública os periódicos se veem compelidos a dar-lhe maior divulgação, mesmo quando contrária, muitas vezes, sua orientação política ou ideológica. Eles noticiam assuntos que refletem, de uma forma ou de outra, os interesses dos leitores.

Assim, os jornais tinham impactos na vida prática das sociedades as quais estavam inseridos. Conforme apontou Capelato e Prado (1980):

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político- social na qual se inserem (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19).

Portanto, a imprensa contribui para compreender comportamentos, padrões de moral de cada época e os discursos de determinados grupos sociais. Costumes e práticas sociais estão diluídos e registrados nas publicações dos jornais; ao fazer crítica ao documento, o historiador pode compreender o mundo ao qual se quer estudar.

Os jornais e a imprensa só foram inseridos na história do país no início do século XIX com a instalação das primeiras tipografias, quando em 1808 circulou nestas plagas o *Correio Braziliense* que era impresso em Londres. Sodré (1999), Marques de Melo (2003) e Morel & Barros (2003) consideram vários fatores para a morosa instalação da imprensa no Brasil, como as questões políticas, sociais e econômicas da Coroa.

Na perspectiva de Marques de Melo (2003), essa morosidade é explicada pela questão econômica, pelos altos custos da impressão e pela negativa de licenças de autorização pela metrópole. Soma-se a essa questão fatores de ordem social, como o grande índice de analfabetismo no Brasil, a ausência de urbanidade, burocracia estatal, censura por parte da Metrópole e a lenta industrialização da América (MARQUES DE MELO, 2003).

O Maranhão é posto por Marques de Melo (2003) como pertencente à segunda fase de instalação das tipografias na América Portuguesa, juntando-se às províncias de Pernambuco, Pará e Minas Gerais. Enquanto a província do Rio de Janeiro se tornou pioneira no surgimento da imprensa com o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* em 1808, a imprensa maranhense surgiu por iniciativa

do governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca em 1821, com a nomeada Tipografia Nacional Maranhense, que teve como primeiro jornal impresso *O Conciliador do Maranhão*.

A imprensa maranhense começou pelo norte da província, em São Luís, principal cidade comercial, política e social da época, condições que facilitaram a sua implantação. Posteriormente, surgiram nas regiões Leste, Central, Sul e Oeste, respectivamente (PINHEIRO, 2007). De acordo com Sebastião Barros (1987), os primeiros jornais maranhenses são aventureiros em dramas políticos e literários.

No que diz respeito aos jornais analisados neste estudo, o *Diário do Maranhão* (1855 – 1911) e o *Publicador Maranhense* (1842 – 1885), são conhecidos pela longa duração de suas existências e pelo seu caráter noticioso, ou seja, abordavam uma diversidade de temas com uma periodicidade regular de publicações.

O *Diário do Maranhão*, criado em 1855, tinha uma periodicidade regular, sendo publicado seis vezes por semana. Tratava-se de uma folha jornalística noticiosa que publicava notícias do governo, transcrição de artigos da imprensa estrangeira e nacional, artigos relativos à agricultura, comércio, indústria, literatura, artes e o cotidiano da província. Publicavam-se acontecimentos de diversos lugares da província, como Preguiças, as cidades de Alcântara e Caxias, importantes centros comerciais da província maranhense, concentrando na maioria das vezes poderes políticos e econômicos das elites locais (MARANHÃO, 2007, p. 33).

O *Diário do Maranhão* apresentava-se como uma folha que incitava discussões com princípios, alegando ser imparcial em questões políticas e particulares. Situação diferente do que ocorria com os primeiros jornais do século XIX, em que predominavam facções políticas em torno de folhas noticiosas (MOREL; BARROS, 2003).

Em sua primeira fase, o jornal foi publicado até o ano de 1858, reaparecendo na década de 70, repaginado e pertencente a uma empresa desconhecida. Nesta nova fase recebeu um subtítulo: *Diário do Maranhão – Jornal do Commercio, Lavoura e Indústria*. Em 1890 passou a pertencer a Frias e Filhos, que em 1909 retiraram novamente o subtítulo do jornal. Em 1911 o jornal deixou de ser publicado (MARANHÃO, 2007, p. 33).

O *Publicador Maranhense*, por sua vez, surgiu no ano de 1842 em São Luís sob propriedade de I. J. Ferreira, com uma periodicidade variável de publicações. Definia-se como um órgão noticioso oficial, caracterizando-se como imparcial em relação aos partidos políticos. Em 1854 ganhou o subtítulo de *Folha Oficial Política, Litteraria e Comercial*. Nome que foi alterado mais tarde, em 1879, para *Jornal do Commercio, Administração, Lavoura e Indústria*. O último ano de existência do jornal é 1885 (MARANHÃO, 2007, p. 24).

Destarte, a soma: jornais, ciência e formadores de opiniões públicas, servem para essa operação historiográfica, pois com o surgimento da imprensa, principal meio de comunicação daquele contexto, e a sua expansão por toda a sociedade maranhense oitocentista, conseguimos analisar os discursos e a formação de opiniões que se tornaram públicas acerca do suicídio (MOREL; BARROS, 2003). Médicos, religiosos e filósofos ocuparam esses lugares e utilizaram de suas posições para apontar caminhos sobre o suicídio, são essas publicações que ocuparam as páginas dos jornais e que leremos agora.

“Parece que essa monomania é contagiosa”: discursos sobre o suicídio na imprensa maranhense

Era 4 de Fevereiro de 1874 quando os leitores do jornal *Publicador Maranhense* leram os últimos instantes da vida do capitão Raimundo d’ Oliveira Brito, que decidiu tirar sua vida no amanhecer daquele dia. Lê-se na notícia:

ROSÁRIO – Suicídio de um homem importante

Amanhecendo para o dia de hoje tivemos de ver um espetáculo tristíssimo, o primeiro neste gênero que se dá nesta localidade. O capitão (...) acaba de por termo aos seus dias degolando-se **com uma navalha, e dando com esse instrumento vários golpes na barriga, saindo-lhe as tripas, de maneira que no fim de poucas horas desaparecera do número de vivos!** [grifo nosso]⁴.

Observamos que é narrado minuciosamente o ato perpetrado pelo capitão Raimundo. Mas a quem interessava detalhar a forma como Raimundo retirou sua vida? Tais descrições podem ser interpretadas como incentivo ao despertar sensações nos leitores, já que esta também era uma forma de conquistar público e novos compradores de jornais. Quanto ao suicídio de Raimundo, segundo a carta recebida pela edição do jornal, ele vivia com certa “tendência pronunciada para o espetáculo a que se deu”. E lamentam pelo ocorrido:

O capitão Raymundo d’ Oliveira Britto, por mais de um título, era digno de estima publica; e nós que escrevemos estas linhas, o conhecíamos de perto (...). Sentimos profundamente a perda de um homem tão honrado como era ele, e ainda mais do que nós sentirá a localidade onde residia. Aos parentes em geral, (...) e o filho do finado, damos os nossos sinceros pêsames.

Há uma preocupação do *Publicador Maranhense* em demonstrar respeito e a estima que o capitão Raimundo Britto teve na localidade, lamenta-se pela “grande perda” e a “ausência” que

⁴ MARANHÃO, *Publicador Maranhense*, ed. 04.02.1874.

deixou para os seus pares. Além disso, informa que o capitão não é culpado pelo seu ato, tampouco é visto como um louco e que merecia as punições devidas aos olhos da fé cristã.

Tais evidências nos levam a algumas indagações: Essa forma de tratamento para algumas classes sociais demonstra segregação nas atribuições ao ato? Afinal, predominava certa condenação na maioria dos casos de suicídios, principalmente pela religião católica. Havia, assim, certa benevolência por parte do *Publicador Maranhense* para sujeitos abastados da sociedade?

Esses questionamentos são importantes pois o capitão recebeu as devidas consternações pelo cargo social que ocupava. Essa distinção é notada pela forma como eram narrados casos de livres, libertos e escravizados nas publicações dos jornais. Para os livres, geralmente forneciam nome, nacionalidade, ocupação, o local em que foi praticado e o meio utilizado para o suicídio. Nos casos dos escravizados, constava nome do senhor e do escravo, se estava fugido, o local e os meios escolhidos para se matar. A classe mais abastada recebia uma diferença significativa na exposição, eram expostos os pormenores, notas de pesar e condolências, lamentações para uma morte considerada difícil e dolorosa.

Portanto, as notícias não tinham as mesmas narrativas e informações para as distintas classes sociais, tampouco se interessaram em entender as motivações que levaram os escravizados a darem cabo de suas vidas. Quando eram apontados os motivos que fizeram pessoas escravizadas se suicidarem, prevaleciam os padecimentos em consequência da consternação da vida no cativo (OLIVEIRA; ODA, 2008). O desgosto do cativo, o temor da justiça imperial, as constantes vendas e trocas de senhores, fugas, transtornos mentais e os vícios são algumas motivações apontadas nas documentações catalogadas. Nos casos das pessoas de condição jurídica livre, predominaram os desarranjos mentais, suicídio devido à desonra, injustiça e ofensa, paixão amorosa, homicídio passional, aborrecimento da vida, doença incurável e outros. Assim, notamos que os modos de tratamento demonstram uma visão de que escravos eram moralmente diferentes das pessoas das classes abastadas.

A notícia publicada no dia 22 de agosto 1854 no jornal *Publicador Maranhense* representa essa questão, onde se lê:

Um ofício do subdelegado da vila do Paço (...) dá notícia do seguinte suicídio (...). No dia 19 Mariano Pereira d'Abreu apresentou-se no sítio de Manoel Pereira da Cunha Junior, a pretexto de examinar umas terras para outrem. Ao amanhecer do dia seguinte (20) pediu ao dono da casa uma arma de fogo para ir caçar. As 6 e meia ouviu-se em casa um tiro, e dentro em poço um escravo participou ter encontrado um homem morto e banhado em sangue, com a espingarda ao lado (...) ali encontraram no bolso deste infeliz uma carta em que declarava que ele mesmo havia posto fim aos seus dias. Consta-nos que este desgraçado deixou no Itapecuru mulher e seis filhos. Parece que a falta de meios, afetando as suas faculdades, o levou a este ato de desesperação.

- Agora mesmo (22 ao meio dia) nos informam que uma negra acaba de degolar-se para as bandas da fonte das Pedras. Ainda ignoramos as particularidades deste último caso. Basta por hoje de noticiar desgraças⁵.

Dois casos são anunciados na mesma publicação, um homem cuja condição jurídica é livre e uma mulher negra que, provavelmente, tratava-se de uma escravizada pelo tratamento dado ao seu caso. Observamos que ambos não ocuparam os mesmos espaços no jornal quando foram anunciadas as tragédias ocorridas em suas vidas. Nota-se que o caso de Mariano teve uma repercussão maior, tanto para relatar o fato como também para destacar a sua vida particular. Enquanto a mulher negra não teve nome, condição jurídica ou motivações que a levaram a esse fato.

Retornemos ao caso do capitão Raimundo Oliveira para apontarmos outra questão importante. Sabe-se que o suicídio foi condenado veementemente pela Igreja Católica, principal centro ideológico e religioso do Império do Brasil no século XIX e, em *História do Suicídio*, Minois (2018) demonstrou como os preceitos católicos foram essenciais para a condenação do suicídio desde a Idade Média. Além disso, na América Portuguesa, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)* proibiam a sepultura de suicidas em solos sagrados: “*Constituições Primeiras*, em seu título LVII- *Das pessoas que se deve negar a sepultura eclesiástica* – havia a determinação de proibir o enterro em solo sagrado aos judeus, hereges, cismáticos, apóstatas, blasfemos, **suicidas**” (...) [grifo nosso] (VIDE, 2007).

Apesar de não dispormos de documentos que comprovem o local de enterro do corpo de Raimundo, é importante notar que seu suicídio, mesmo com essa cortina social por trás, não teve nenhuma condenação pelo seu ato. Do contrário, foi enaltecida a sua importância social para os seus e para os editores do jornal *Publicador Maranhense*, que se entristeceram com a partida do tão estimado capitão.

No que se refere à negação ao enterro em solo sagrado aos suicidas, o caso de Eustachia Jacinta em 1871 foi uma exceção, como se lê na publicação do jornal em que é recomendado ao cônego capelão do cemitério da Santa Casa da Misericórdia, o enterro de Eustachia, uma suicida:

Ao subdelegado de polícia do 3º distrito da capital – Em resposta ao ofício de V. S. me dirigiu em data de hoje, cabe-me comunicar que tenho nesta data conforme solicita expedido ordem ao Revd. Capelão do cemitério da misericórdia para dar sepultura eclesiástica ao cadáver de Eustachia Maria Jacintha se por ventura o suicídio foi por alienação ou casual⁶.

⁵ MARANHÃO, *Publicador Maranhense*, ed. 22.08.1854, p. 2.

⁶ MARANHÃO, *Publicador Maranhense*, ed. 11.03.1871, p. 1.

Apesar do posicionamento favorável do enterro do cadáver em sepultura eclesiástica, as condições dependiam se o suicídio fosse causado por alienação mental ou casualidade, ou seja, Eustachia deveria ter se suicidado devido problemas de ordem mental e não deveria ter planejado seu suicídio, baseado em sua própria razão. Algo parecido é apontado por Minois (2018), quando afirmou que a alienação mental foi justificativa bastante utilizada pelas famílias dos suicidas para que esses pudessem ter direito ao enterro eclesiástico ou para evitar que os corpos dos suicidas fossem punidos ou mutilados, como ocorreu em muitos casos na Europa medieval e moderna. No caso de Eustachia, permitiu-se a possibilidade desse enterro em solo sagrado com as devidas condições apontadas. É importante indagar se esse tratamento seria o mesmo se Eustachia Maria fosse uma mulher escravizada.

Iniciamos o presente artigo com publicação do *Publicador Maranhense* do ano de 1861, que tratava da preocupação quanto ao crescimento dos casos de suicídios. Essa foi apenas uma parte de sucessivas publicações ocorridas ao longo do século XIX. Na publicação do ano de 1869, o *Publicador Maranhense* continuou pelos dias 3 e 4 de fevereiro publicando análises sobre o suicídio, com a proposta inicial de evitar esse ato considerado um mal do século. Assim, denominaram-se essas publicações de “*physiologia do suicídio*”⁷.

As publicações refletiam sobre o que levaria os homens a quebrarem os seus laços familiares e afetivos ao ponto de findarem suas vidas. Foram indicados pontos motivacionais como os endividamentos e problemas na economia. Segundo o jornal, a sociedade tinha privilegiado cada vez mais o individualismo ao ponto de deixar de lado as relações parentais. Por fim, indicaram regularidades e as “estações do suicídio”: “Influência das estações no suicídio – Geralmente, é no mês de janeiro que se contam menos suicídios, e no mês de julho que se cometem mais. Calculados por estações climatéricas, o mínimo produz-se no inverno, e o máximo no verão”. Nota-se que a estatística foi uma ferramenta utilizada para demonstrar a regularidade do suicídio através de épocas ou períodos.

Além disso, foram indicados quais os métodos mais utilizados a partir do sexo. A estrangulação e a submersão foram postas como principais métodos para ambos os sexos. Para o sexo masculino, se destacaram as armas de fogo, os objetos cortantes, venenos e os precipícios. Para o sexo feminino, os venenos, a submersão, os objetos cortantes e, em raríssimos casos, armas de fogo. Segundo as estatísticas apresentadas pelo jornal, os homens se matam mais que as mulheres, pelo menos três vezes mais. Publicações como essas são sistematizadas para compreender o suicídio; ao quantificar os casos, aponta regularidades e influências na sociedade.

⁷ MARANHÃO, *Publicador Maranhense*, ed. 03.02.1869, p. 1.

No caso do Maranhão, observamos que nos dados coletados para o período de 1835 e 1888 foram registradas mais ocorrências de suicídios para os homens do que para as mulheres: 183 homens se suicidaram, enquanto no caso das mulheres foram 50 casos registrados. Quando observamos a condição jurídica, os escravizados se mataram mais que os livres, 165 casos de escravizados registrados, enquanto os livres e forros foram 85, isso provavelmente tem relação com as condições e os rigores da escravidão, podendo ser provável ao observamos as motivações que levaram escravizados a se suicidarem.

De acordo com as afirmações das documentações encontradas, entre os motivos que levaram os escravizados a se suicidarem estão: castigo, crimes, alienação mental, fuga, resistência à venda e os vícios. Para os livres, os problemas de ordem mental ficaram em primeiro lugar, seguidos das adversidades nos negócios e na economia, além de vícios e o amor.

Em relação aos métodos, os homens de condição livre realmente utilizaram mais armas de fogo, como apontado na publicação do jornal. Isso pode ter relação com o fácil acesso que eles tinham a esse tipo de arma, enquanto os escravizados usaram em maior número o enforcamento e as armas brancas. Já entre os livres foi arma de fogo, arma branca e o enforcamento.

Esses são dados parciais, já que é possível que nem todos os casos de suicídios tenham sido registrados pela justiça imperial. Com esse tópico, buscamos demonstrar e comparar com os dados que foram apontados na publicação acima analisada, das quais se confirmou algumas evidências apontadas.

Além dessas estatísticas publicadas que preocupavam esse grupo, o *Publicador Maranhense* apontava reiteradamente que o suicídio estava virando uma verdadeira epidemia, que atingia até animais irracionais e crianças. Como se lê nesta publicação de 9 de outubro de 1866:

Suicídio de um jumento

Acerca do suicídio de um jumento diz uma folha portuguesa: (...) Referimo-nos apenas um acontecimento, mas um acontecimento notável por mostrar que a mania do suicídio está tão espalhada sobre a superfície da terra que já chegou a encasquetar-se no ossudo crâneo dos jumentos. Segundo refere uma folha da capital, acaba de suicidar-se um no Pombal, por meio de estrangulação. Não nos admiramos que a mania de suicídio se apodere dos irracionais. Isto tem fácil explicação segundo um sistema filosófico, que teve muita voga na antiguidade, e que ainda hoje é do domínio de algumas cabeças humanas. Este sistema é a Metempicose. A Metempicose ensina que as almas transmigraram de uns corpos para outros: assim uma alma, segundo dirigiu bem ou mal o corpo da pessoa, a que pertenceu, assim para o corpo de um irracional, mais ou menos perfeito. Quem nos diz, pois segundo este sistema, que na cabeça daquele jumento que se enforcou, não andava a alma de algum ente humano que se arredasse do caminho do devor, recebendo por castigo das suas faltas aquela nova e tão pouco agradável morada? Sendo assim, é fácil de ver como suicido mania transmigrou para a cabeça dos irracionais. É possível até que, se no corpo do jumento ainda habitasse alma transmigrada, esta tivesse tido a tal mania, e que

não a podendo por em pratica, em quanto pertenceu a um ser mais perfeito, o fizesse naquele novo estado⁸.

Apesar da possibilidade de se tratar de um texto que se baseia na ironia, ao retratar suicídios de animais, notamos que foi utilizada uma teoria antiga de reencarnação de almas suicidas para explicar o possível suicídio do jumento. Publicações como essas chamam a atenção de leitores, que poderiam aguçar seus interesses ao ler sobre assuntos que tratavam até mesmo de suicídios de seres irracionais. Interessante também notar o realce pelo aumento da chamada “mania” do suicídio entre os seres, independente do seu grau de racionalidade. Assim, o suicídio estava cada vez mais nas entranhas da sociedade.

Na publicação “*Scenas de Miséria*” de 1880, houve uma definição do suicídio como uma doença, trata-se de uma notícia de um correspondente de Paris para o *Jornal do Comercio de Lisboa* e que foi exposto no *Publicador Maranhense*. Asseverava que o suicídio era uma “triste doença” e tinha a miséria como um dos fatores que levariam pessoas a cometerem suicídio: “É uma triste doença da nossa época o suicídio: mas a uma doença maior, que é a miséria, origem quase sempre da outra, problema eterno, que as sociedades ainda não puderam resolver. (...) Uma grande cidade onde se morre de fome, ou onde a fome arrasta ao suicídio (...)”⁹.

Nesse caso, ponderava o suicídio como consequência das questões sociais, já que a fome, a violência e a miséria colocavam os homens próximos às situações miseráveis, podendo esse ser um pretexto para buscarem o suicídio. Sendo assim, a publicação não entrou no mérito dos problemas mentais ou psíquicos como fatores para o suicídio. Essa matéria demonstrou a elasticidade da discussão nos jornais maranhenses, tendo em vista que o ato também foi discutido como decorrência de problemas sociais. Marx (2006) já apontava, em seus escritos sobre suicídio, que esse tinha relação diretamente com as questões de ordem social, com as imposições morais e a opressão da sociedade sobre o homem; algo parecido apresentado pela publicação do jornal.

No ano seguinte, o *Publicador Maranhense* abordou o suicídio como um mal epidêmico, dessa vez o título da publicação foi “*Uma lúgubre página*”¹⁰. Em linhas gerais, foi abordada a questão moral do suicídio, apresentando estatísticas francesas e as possíveis causas e soluções para evitar o ato. Publicações como estas eram comemoradas positivamente pelo corpo editorial, que afirmava se vangloriar por trazer publicações desse tipo para o Brasil, visto que “assinalar um mal é muitas vezes sugerir um remédio”. A preocupação do *Publicador Maranhense* era realçar a responsabilidade

⁸ MARANHÃO, *Publicador Maranhense*, ed. 9.10.1866.

⁹ MARANHÃO, *Publicador Maranhense*, ed. 05.02.1880, p. 2.

¹⁰ MARANHÃO, *Publicador Maranhense*, ed. 15.05.1881, p. 2.

necessária ao suicídio, pois era preciso combatê-lo. E poderiam fazer por meio da divulgação de pesquisas científicas, estatísticas e informações que circulavam nos jornais.

Ainda na mesma matéria, a França foi apontada como a sociedade civilizada que mais registrava casos de suicídios na Europa naquele momento; o que era confirmado pelas estatísticas que se tornaram mais precisas ao compilar os casos da época. A partir dessas estatísticas, se verificou um aumento de suicídio de mulheres abaixo dos 21 anos, mulheres que ainda não tinham atingindo a maioridade civil. Essas meninas em suas idades “ainda não abordaram as dificuldades da vida, e que, por falta de energia moral, de educação moral, desertarão descortinando a outro refúgio senão – a morte”. Continua:

(...) E muitas vezes a miséria complicada com desilusões do coração; e também uma simples contrariedade de amor, e não poucas vezes... viver de torturas impostas por pais indignos, por madrastas desapiedadas. Cabe a família que descuidou de formar e de dirigir essas pobres criaturas, mais infelizes que culpadas, toda a responsabilidade do ato criminoso. Ao governo corre o dever de reformar a educação das mulheres fortificando os caracteres, reforçando as energias morais, regulando e equilibrando o espírito para prepará-las a suportar corajosamente as lutas da vida.

Desse ponto de vista, o “mal do suicídio” seria, portanto, uma condição ligada à formação moral dos cidadãos; os mais preparados e instruídos familiarmente, certamente, evitariam essa “doença” comum ao século XIX. Nesse momento, o papel das famílias e dos pais se tornam importantes ao instruir “adequadamente” seus filhos para a vida. O governo também tem responsabilidade para evitar o suicídio, já que eles tinham como missão: “reformular a educação das mulheres fortificando caracteres, reforçando as energias morais”. Assim, a causa do suicídio é visualizada mais por uma questão moral do que psicológica.

É importante ressaltar a crítica feita pelo *Publicador Maranhense* quanto às “paixões”, apontadas como possíveis motivos para as jovens moças abaixo dos 21 anos de idade. E isso não é apontado apenas pelos jornais, médicos brasileiros do século XIX também defendiam que a paixão era um dos motivos que induzia ao suicídio. Não só a paixão desregulada, mas a leitura romântica também influenciava no desejo pelo suicídio (LOPES, 2003). Para se combater esse mal, foi proposto o fortalecimento de instituições sociais pela temperança, das quais conseguiriam fazer pessoas mais fortes “capazes de resistir a seduções dos maus companheiros e ao domínio das paixões ruins”. No caso do Maranhão, não conseguimos encontrar nenhum caso de mulheres se suicidando na faixa dos 21 anos de idade.

A questão da paixão e do romantismo, não foi um problema apontado somente pelo *Publicador Maranhense*; o impresso *Diário do Maranhão* também utilizou publicações para defender as consequências das paixões desreguladas que assolavam relações e as vidas das pessoas. Em 21 de

maio de 1858, o jornal *Diário do Maranhão* utilizou a notícia “Tragédia Verídica”¹¹ para afirmar que as leituras românticas comumente contribuem para o suicídio das mulheres. Em fevereiro de 1871, o texto “Fruto da ruim leitura” narrou o suicídio de uma mulher parisiense que se suicidou após fazer leituras românticas. Segundo o jornal: “A desgraçada desde algum tempo não estava no gozo de todas as suas faculdades intelectuais. O abuso de leituras românticas havia desorientado aquele fraco espírito”¹². Nota-se, portanto, que o romantismo foi um fator preocupante, já que ele tinha consequências diretas nas causas de suicídios. Não apenas esses dois jornais apontaram esse fato, no decorrer desta pesquisa e de outros jornais maranhenses que foram catalogados, verificou-se que a relação entre romantismo e suicídio era constante.

Continuando a evidenciar o mal do suicídio, o *Diário do Maranhão* fez publicações similares às do *Publicador Maranhense*. Em “Variedade – O suicídio”, de agosto de 1871, fizeram severas críticas ao suicídio, apontando suas causas e quem eram os suicidas. Juntaram um compilado de casos que ocorreram em várias localidades do ocidente, apontando que o número aumentava em época de crises sociais e, por fim, define os suicidas:

Os suicidas nos nossos dias não têm grandeza, nem própria nem emprestada pelas circunstâncias externas. A maior parte dos suicídios são perpetrados por motivos mesquinhos, baixos, aviltantes às vezes. (...) Este fato denuncia (...) uma ausência de caráter que é quase repugnante. (...) Demos às crianças, por meio da religião que nos ensina o elevado fim para que viemos a este mundo, que nos conforta na adversidade, que nos consola e nos faz resignados em meio as mais duras provações¹³.

Notadamente, as adjetivações pejorativas pesaram sobre os suicidas que, segundo a publicação, se matavam por motivos mesquinhos e baixos, por isso o ato se tornava repugnante. De acordo com o texto, era possível evitar mortes por suicídio, principalmente pela moral e o aspecto religioso, principais relutantes que impossibilitariam novos suicídios. Um questionamento importante: apenas a formação moral e religiosa dos homens evitaria novas mortes por suicídio?

A sociedade estudada é eminentemente cristã, seus valores se pautavam na resignação da fé e em valores morais. Por isso foi ressaltada a importância da educação religiosa e da moralidade. Para o *Diário do Maranhão* e outros jornais maranhenses, era preciso difundir esses preceitos na sociedade para evitar o “mal do suicídio”.

Ainda na mesma publicação, apontaram os principais motivos para o suicídio, que foram registrados por um jornal italiano por meio de uma comissão de médicos. Dentre eles estavam o

¹¹ MARANHÃO, *Diário do Maranhão*, ed. 21.05.1858, p. 3.

¹² MARANHÃO, *Diário do Maranhão*, ed. 12.02.1874, p. 3.

¹³ MARANHÃO, *Diário do Maranhão*, ed.10.08.1875, p. 1.

jogo, o excesso de bebidas alcoólicas, ambição excessiva e ilegítima, amor não retribuído etc. Concluíram que são “causas baixíssimas, degradantes, sem elevação”, e, assim, atestaram o suicídio como um mal que atinge a sociedade moderna, o autor retorna a suas falas iniciais e pronuncia: “o suicida é ordinário um miserável que não merece estima nem respeito”. Nesse ponto, observamos uma forma de criminalização do suicídio reverberando aos que se mataram, pois não merecem qualquer consideração pela sociedade que viviam.

Um ponto interessante nessa publicação é o momento em que é enfatizado que o crescimento do suicídio ocorre principalmente nos momentos de crises sociais. Tal análise converge com a perspectiva do sociólogo francês Émile Durkheim no livro *O Suicídio: Estudo de Sociologia* (1897) e a categoria de suicídio denominada “suicídio anômico”. Para Durkheim, o suicídio é um fato social e suas causas têm relação direta com a sociedade, assim, cada sociedade produz seus próprios suicidas.

Qualquer ruptura de equilíbrio, ainda mesmo que dela resulte um bem-estar maior e uma vitalidade geral, incita à morte voluntária. Todas as vezes que se produzem no corpo social graves modificações, sejam elas devidas a um súbito movimento de crescimento ou a um cataclismo inesperado, o homem mata-se facilmente (DURKHEIM, 1897, p. 282).

Na perspectiva de Durkheim, três tipos de suicídios são mais comuns na sociedade, os de tipo “egoísta”, “altruísta” e o “anômico”. Não iremos nesta análise pormenorizar a teoria do sociólogo sobre os três tipos, mas, visando apontar que os escritos do autor convergem com publicações do jornal *Diário do Maranhão*, analisaremos apenas o suicídio de tipo anômico. Esse tem relação com períodos de crise social, momento em que os homens acreditam que os seus valores e regras estão chegando ao fim.

A sociedade, em momentos de crises ou mudanças sociais, não consegue conter ou controlar as ações dos indivíduos, daí o surgimento das altas taxas de suicídios decorrentes desses períodos. Assevera o autor: “o terceiro tipo de suicídio (...) tem como causa o fato de sua atividade se desregrar e eles sofrerem com isso. Por sua origem, daremos a essa última espécie o nome de suicídio anômico” (DURKHEIM, 1897, p. 329). Assim, observamos que a mesma perspectiva é defendida pelo *Diário do Maranhão*, em que uma sociedade em crise e desestruturada influencia pessoas a se suicidarem.

Em 4 de agosto de 1868, na mesma coluna “O suicídio”, o autoextermínio entrou em discussão, dessa vez a partir do campo filosófico por meio do escrito de José Agostinho de Macedo, que destacou novamente os aspectos morais. O suicídio foi assinalado como uma epidemia da

sociedade moderna, que atingia todas as classes e grupos, por isso era necessário ser combatido e todo suicida condenado¹⁴.

Para demonstrar as forças contrárias que o ato do suicídio atraía no mundo, foi publicada em 3 de setembro de 1869¹⁵ outra matéria sobre os suicidas: “Suicidas – O suicídio, com raríssimas exceções, tem sido em todos os tempos, um ato reprovado, defendido pela religião, pelos costumes e pelas leis”. As leis de interdição do suicídio e contra os suicidas estiveram, conforme a publicação, em consonância com os espaços de poder e de construção de pensamentos, tanto nos âmbitos legislativos quanto executivos, que reprovavam contundentemente a prática. Minois (2018) demonstrou que cada sociedade criou leis específicas relacionadas ao suicídio, seja pra condenar o ato, criminalizar quem facilitasse o suicídio de alguém ou mesmo penalizar o corpo ou a família do suicida. Portanto, a interdição do suicídio de fato passou pelas instituições de poder que buscavam evitar que os casos aumentassem na sociedade e evitar uma morte considerada antinatural.

Nessa mesma publicação foi relatado como diversas sociedades se comportaram diante do suicídio:

Em Zurick enterravam o cadáver do suicidado no pavimento térreo da casa onde dera a morte. Se si tinha apunhalado punham-lhe junto da cabeça um tronco de madeira em que se crava o punhal; se se tinha afogado enterravam-no na área de cinco pés da água; se se tinha lançado n'um poço sepultavam-no n'um monte, ou perto de um caminho, pondo-lhe uma pedra a cabeça, outra no centro do corpo, e outro nos pés. Na Siberia enterravam os suicidados de lado, sobre a face mas em terra não sagrada. Em Mitz enforcavam-nos, ou lançavam-nos em tuneis, que depois abandonavam a corrente de Mozella, com estas palavras escritas: - Deixai ir é pela justiça¹⁶.

Embora os tratos com os corpos dos suicidas remetam a outras localidades, a publicação de informações como essas poderiam aguçar a mentalidade da sociedade leitora do Maranhão, pois, comumente o suicídio e os seus meios tornaram-se discussões nos jornais da sociedade maranhense. Além disso, o trato que os suicidas recebiam em outras plagas, talvez demonstre que o corpo editorial do *Diário do Maranhão* pensasse da mesma forma sobre o suicídio e os suicidas, como ressalta a parte final da publicação: “No século dezoito uma bula de Bento 14 considerou o suicídio como um ato de loucura, e permitiu que se sepultassem em terra santa os que se tinham dado a morte. Extraído. Acertou o Papa Bento 14; haverá alguma outra bula revogando aquela?...”.

Alguns anos mais tarde, o corpo editorial do jornal *Diário do Maranhão* apresentou comportamento diferente do que foi abordado nos trechos das publicações analisadas e de tantas outras que neste artigo não foram analisados. Em 4 de janeiro de 1886, anunciaram a recomendação

¹⁴ MARANHÃO, *Diário do Maranhão*, ed. 04.08.1878, nº 1497, p. 1.

¹⁵ MARANHÃO, *Diário do Maranhão*, ed. 03.09.1879, nº 1820, p. 2.

¹⁶ MARANHÃO, *Diário do Maranhão*, ed. 03.09.1879, nº 1820, p. 2.

de jornais europeus e cariocas de não entrarem mais em detalhes acerca dos casos de suicídios: “O suicídio – Como na Europa, a imprensa do Rio acaba, em geral de chegar ao razoável acordo de calar as circunstâncias, sempre desagradáveis, que acompanham os triste acontecimentos chamados – suicídio”.

E a edição anuncia que defende o mesmo pensamento: “Na verdade é nossa opinião que a imprensa deve o respeito guardar todo o critério, e por essa forma já procedemos”. Embora não fossem comuns casos de suicídios serem narrados em forma melodramática no jornal *Diário do Maranhão*, o tema e seus pormenores foram debatidos ao longo da existência do jornal, como demonstramos anteriormente.

Nessa publicação, é feita uma extensa exposição das opiniões do jornal *O Paiz* e o *Vanguarda* sobre sentimento religioso e o suicídio; e o *Diário do Maranhão*, ao fim da publicação, destacou seu apoio ao jornal *Vanguarda*, que defendia a causa do suicídio como “a falta de sentimento religioso”.

(...) logo a única solução para terminar com um mal social, ou modificá-lo, está em modificar o meio. E o melhor modo, sem dúvida e incontestavelmente, é aprofundar bem no coração da alma popular o sentimento da religião cristã, que ensina a sofrer sempre com resignação e paciência, e que produz não suicidas, como quer *O Paiz*, mas os maiores mártires, como Cristo, que pela humanidade morreu na Cruz!¹⁷

Se observarmos o posicionamento tanto do *Diário do Maranhão* como do *Publicador Maranhense* sobre o suicídio a partir dos noticiários aqui narrados, notaremos uma predominância de comportamento condenatório ao ato, assumindo motivações relacionadas à loucura, à perda da razão, ao amor e ao alcoolismo. Além disso, tinham como base para os argumentos de combate, o idealismo cristão, a moral e a educação familiar e religiosa. As publicações evidenciam que se discutiu o suicídio pelo viés moral e cristão, realçando a importância da difusão desses valores para toda sociedade como forma de combate ao suicídio.

Considerações finais

Esse estudo objetivou apresentar os discursos sobre o suicídio nos jornais maranhenses *Publicador Maranhense* e o *Diário do Maranhão*. Observamos, portanto, que estes, enquanto peça viva da tessitura da sociedade maranhense oitocentista, alimentaram-se constantemente das teorias e teses criadas por cientistas médicos, filósofos e jornalistas para escrever sobre o suicídio, sobretudo homens europeus. De certa forma, quando publicavam esses conceitos e estatísticas, difundiam as visões sobre os suicídios para uma sociedade letrada, que de alguma forma, depreendia e

¹⁷ MARANHÃO, *Diário do Maranhão*, ed. 04.01.1886, n° 3704, p. 1.

disseminava no seu cotidiano aspectos parecidos sobre o suicídio. Tal, que é possível observar um maior comportamento de condenação ao suicídio em todas as suas instâncias.

Dentro dessas teorias encontramos uma matização de motivações para o suicídio, eventualmente por fatores externos ou internos, variando conforme a compreensão de quem analisava o ato. Certamente que esse trabalho sobre o olhar do suicídio no século XIX não se finda nessas poucas folhas, por isso acreditamos ser necessário o aprofundamento acerca da temática.

Apesar da predominância da constante condenação ao suicídio naquele período, acenamos para a importância de uma discussão ampla e aberta sobre, sem que se pesem os conceitos condenatórios. Ainda na historiografia local, pouco se analisa o suicídio no Maranhão, silenciando os casos e não demonstrando os fatos, e isso pouco ajuda nesta discussão ampla e necessária. Ao invés de uma discussão radical de apenas condenação, talvez seja a hora de compreendermos, escutarmos e ajudarmos quem passa por desafios constantes sobre decidir não viver mais.

Referências bibliográficas:

ALVEZA, A. **O Deus selvagem: um estudo sobre o suicídio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

AMOGLIA, Ana Maria Faria. **Um ar de liberdade: o suicídio de escravos no município de Juiz de Fora (1830-1888)**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

BASTIDE, Roger. **Os suicídios em São Paulo**, segundo a cor. *Boletim de Sociologia da Universidade de São Paulo*, São Paulo, n.71, 1943.

CANARIO, Ezequiel David do Amaral. **“É mais uma scena da escravidão”**: Suicídios de escravos na cidade do Recife, 1850-1888. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino - Imprensa e Ideologia: O Jornal o Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARVALHO, Marcelo. **As letras Escarlates: representações e histórias de Suicídios em Belém do Pará (1891-1920)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

CARVALHO, Marcelo. Sensações suicidas: considerações metodológicas para o estudo da morte voluntária através das notícias publicadas nos jornais de Belém do Pará na virada dos séculos XIX e XX. *In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, 2011, São Paulo. **Anais Eletrônicos** [...]. São Paulo, 2011, p. 1-11.

DIAS, Maria Luiza. **O suicida e suas mensagens de adeus**. 1989. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

DELFINO, Leonara Lacerda. **O rosário das almas ancestrais: fronteiras, identidades e representações do “viver e morrer” na diáspora atlântica**. Freguesia do Pilar- São João Del-Rei (1787-1841). Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, 2017.

DURKHEIM, O **suicídio**: estudo de sociologia. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FERREIRA, Jackson André da Silva. Por hoje se acaba a lida: suicídio escravo na Bahia (1850-1888). **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 31, p. 197-234, 2004.

FERREIRA, Jackson André da Silva. Desta para melhor: o suicídio de escravos como uma tentativa de voltar para casa. *In*: FIGUEIREDO, Luciano (org.). **Coleção Revista de História no Bolso - A era da escravidão**. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. Vol. IV. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3ª ed. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu**: algumas correspondências entre a vida psíquica dos selvagens e a dos neuróticos. Porto Alegre: L&PM, 2019.

JORGE, Sebastião Barros. **Os primeiros passos da imprensa do Maranhão (1821- 1841)**. São Luís: PPG/EDUFMA, 1987.

LOPES, Fábio Henrique. **A experiência do suicídio**: discursos médicos no Brasil, 1830-1900. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

LOPES, Fábio Henrique. **Sentidos da morte e do morrer na Ibero – América**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos *In*: PINSKY, Carla Bassanezi, (org). **Fontes históricas**. 3. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa e Escravidão: a abolição nos impressos do Rio de Janeiro. *In*: CURY, C. GALVES, M.; FARIA, R (org.). **O império do Brasil**: educação, impressos e confrontos sociopolíticos. São Luís: Editora Café & Lápis, 2015.

MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELO, José Marques. **História Social da Imprensa**: fatores culturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. São Paulo: EDIPURCS, 2003.

MINOIS, Georges. **História do Suicídio**. A sociedade ocidental perante a morte voluntária. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O suicídio de Escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, abr./jun. 2008.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na fronteira do cárcere e do paraíso**: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista. 2001. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. 2006. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

- PINHEIRO, Roseane Arcanjo. **Gênese da Imprensa no Maranhão nos séculos XIX e XX**. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2007.
- PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 21. Ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2016.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **Sobre o suicídio**. Tradução e notas de Rosana Jardim Candeloro. Griot: Revista de Filosofia, Amargosa, Bahia, v.16, n.2, p.435-439, dezembro, 2017.
- SEMLER, Susan. **Uma morte privilegiada? Suicídio, História e Literatura nos Estados Unidos no final do século XIX**. 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- SERRA, Joaquim. **Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Muad, 1994.
- SOUSA, Luciana Costa da Silva. **ENTRE DRAMAS E HUMOR: representações do suicídio nos jornais Diário do Maranhão e Pacotilha (1880 – 1900)**. 2014 Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.
- STENGEL, Erwin. **Suicídio e tentativa de suicídio**. Trad. Álvaro de Figueiredo. Lisboa: Dom Quixote, 1980.
- VIDE, Sebastião Monteiro Da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia** feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro Vide: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. p. 299-301.

Fontes documentais:

- MARANHÃO, *Publicador Maranhense*, ed. 22.08.1854, p. 2.
- MARANHÃO, *Publicador Maranhense*, ed. 08.01.1861, p. 2.
- MARANHÃO, *Publicador Maranhense*, ed. 09.10.1866, p. 2.
- MARANHÃO, *Publicador Maranhense*, ed. 23.01.1867, p. 1.
- MARANHÃO, *Publicador Maranhense*, ed. 27.12.1867, p. 2.
- MARANHÃO, *Publicador Maranhense*, ed. 03.02.1869, p. 1.
- MARANHÃO, *Publicador Maranhense*, ed. 30.01.1869, p. 1-2.
- MARANHÃO, *Publicador Maranhense*, ed. 11.03.1871, p. 1.
- MARANHÃO, *Publicador Maranhense*, ed. 04.02.1874, p. 1
- MARANHÃO, *Publicador Maranhense*, ed. 11.06.1875, p. 2.
- MARANHÃO, *Publicador Maranhense*, ed. 05.02.1880, p. 2.
- MARANHÃO, *Publicador Maranhense*, ed. 15.05.1881, p. 2.
- MARANHÃO, *Diário do Maranhão*, ed. 21.05.1858, p. 3.
- MARANHÃO, *Diário do Maranhão*, ed. 12.02.1874, p. 3.
- MARANHÃO, *Diário do Maranhão*, ed.10.08.1875, p. 1.
- MARANHÃO, *Diário do Maranhão*, ed. 04.08.1878, p. 1.
- MARANHÃO, *Diário do Maranhão*, ed. 03.09.1879, p. 2.

“Uma epidemia como as outras” ...

MARANHÃO, *Diário do Maranhão*, ed. 03.09.1879, p. 2.

MARANHÃO, *Diário do Maranhão*, ed. 04.01.1886, p. 1.

Recebido em: 11.12.2022

Aprovado em: 16.05.2023

22